

PSD CONCLUI PRIMEIRA ETAPA DE PREPARAÇÃO DAS AUTÁRQUICAS



José Silvano, Secretário-geral do PSD anunciou, na quarta-feira, dia 7 de abril, mais 53 nomes de candidatos a Presidente de Câmara Municipal, dando por terminado o processo político de seleção dos candidatos. Com este anúncio, são conhecidos 294 nomes (ficam a faltar 14). Nos Açores e na Madeira, a escolha é da "competência dos órgãos regionais". Todos os nomes foram homologados pela Comissão Política Nacional



pág. 4

PSD

ALMEIDA HENRIQUES (1961 - 2021)

O presidente da Câmara Municipal de Viseu e destacado militante do PSD, muito acarinhado pelas bases, faleceu no domingo de Páscoa, vítima de complicações respiratórias decorrentes de covid-19



pág. 10

LOCAIS

PSD CONTESTA LICENCIAMENTO DE UM HOTEL EM GONDOMAR

Em causa está o licenciamento de uma unidade hoteleira em Ribeira do Abade, na freguesia de Valbom, num terreno de reserva ecológica junto ao rio Douro, facto que levou a Inspeção-Geral do Ordenamento do Território a desencadear um inquérito



pág. 11

REGIONAIS

TARIFA AÇORES ENTRA EM VIGOR NO DIA 1 DE JUNHO DE 2021

José Manuel Bolieiro, Presidente do Governo Regional, anunciou que a Tarifa Açores vai entrar em vigor em 1 de junho nas ligações aéreas inter-ilhas, constituindo um elemento potenciador do "mercado interno" insular



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

SENSOS

Os Censos 2021 estão em marcha. Antes da era digital, os Censos constituíam o mais completo instrumento estatístico ao dispor do Estado para conhecer a demografia e uma panóplia de dados socioeconómicos. Com as redes cibernéticas globais, esta ferramenta perdeu algum fulgor, porque os cidadãos em geral têm disponíveis plataformas que recolhem e tratam estes dados quase em tempo real. Basta, por exemplo, pensar na Pordata.

Os recenseamentos têm sempre a preocupação de compilar números ao longo de um determinado período de tempo. E, neste caso, se olharmos para o que era Portugal em 2011 e o retrato do País dez anos depois, ficamos com a sensação de déjà-vu, sobretudo quanto ao pessimismo dos principais indicadores.

Do ponto de vista demográfico, registamos uma trajetória insustentável a longo prazo, de envelhecimento populacional e da natalidade. Não há futuro para um país, onde, ano após ano, morrem mais indivíduos do que aqueles que nascem.

Por outro lado, analisando os indicadores macroeconómicos, como a componente tributária, constatamos que a carga fiscal, contra todas as promessas e previsões, e em plena pandemia, atingiu um novo recorde, de 34,8% do PIB, em 2020. É incrível como é que o Governo, com o país mergulhado na mais grave crise dos últimos cem anos, conseguiu, ainda assim, arrecadar mais de 70 mil milhões de euros em impostos e contribuições.

Censos e impostos são, aliás, almas gémeas, leia-se, indissociáveis. Aliás, na antiguidade, Chineses, Egípcios, Gregos ou Romanos recenseavam para recolher o máximo de informação dos cidadãos e assim melhor identificarem as situações elegíveis para a cobrança de impostos. O Censos 2021 será, pois, um retrato do país e, em especial, do contribuinte nacional.

Em 2011, coube a um governo liderado pelo PSD a difícil missão de resgatar a nossa soberania financeira e credibilidade externa, junto dos Estados, instituições e mercados. Nem tudo foi bem feito, mas não há dúvidas que o patriotismo de decisões impopulares e a resiliência coletiva do país perante um caminho cheio de sacrifícios, conseguiram superar a herança de pré-bancarota, provocada pelos desvarios do PS.

Dez anos depois, e num estado de profunda amnésia do PS, constatamos que temos um Governo que prefere a proteção dos poderosos, em detrimento da classe média que, com a atual crise, está em processo de recessão e empobrecimento crescente. Uma classe média sufocada pelos impostos, que se sente ludibriada pela isenção do imposto de selo e pelos contornos da operação engenhosa da venda das barragens da EDP, que contou com a cumplicidade do Governo.

A dívida pública atingiu um novo recorde, de 274,1 mil milhões de euros, o défice público disparou para 5,7% do PIB, para 2020, o mais alto desde o resgate externo, o PIB contraiu 7,6% no ano passado e as exportações de bens caíram 10,2%. Portugal está com a economia em coma e só o Governo é que não quer ver esta realidade.

Um Governo que não faz o que lhe compete, não pode depois queixar-se da sua grotesca incompetência. Um Primeiro-Ministro que repudiava e protestava contra a austeridade, mas que depois congelou o investimento público. António Costa, infelizmente, neste capítulo ainda não superou os níveis do último ano do tal Governo que odiava, por concretizar reformas e investimento, mesmo em tempo de recessão.

Parece que, afinal, Portugal de 2021 começa a ficar muito parecido com Portugal de 2011. É verdade que os mercados estão estáveis e a União Europeia prometeu um festim de fundos. Mas nada disto resolverá o fado pré-pandemia. Não podemos culpar o Governo pela vinda de uma crise sanitária, mas podemos atribuir-lhe a responsabilidade do que fez ou não fez, para preparar o país para saber lidar melhor com crises de natureza financeira.

"Controlar a pandemia, recuperar Portugal e cuidar do futuro" é a mensagem do PS. Tão simples, quanto banal, que vende ilusões e compra espaço mediático para manter boas notícias. A crise é ainda e também de escrutínio do jornalismo e da própria comunicação social. Os últimos seis anos de governos assemelham-se, cada vez mais, aos atuais seis meses de presidência portuguesa do Conselho da União Europeia. Uma oportunidade perdida. O PS vive numa cápsula de fantasia, fruto dos tempos de vacas gordas que beneficiou até 2020, mas António Costa sabe que paira, no horizonte, uma ameaça real de tempos de vacas raquíticas.

PSD CONCLUI F PREPARAÇÃO D



PRIMEIRA ETAPA DE DAS AUTÁRQUICAS



José Silvano, Secretário-geral do PSD anunciou, dia 7 de abril, mais 53 nomes de candidatos a Presidente de Câmara Municipal, dando por terminado o processo político de seleção dos candidatos conduzido pela Comissão Autárquica Nacional.

“Foi um trabalho de cerca de um ano, sempre em proximidade e articulação com as estruturas locais do Partido, com todas as dificuldades em tempo de pandemia”, declarou José Silvano. Momentos depois, Rui Rio, Presidente do PSD, agradeceu, através do Twitter, o trabalho da referida Comissão. “A Comissão Autárquica Nacional, liderada por José Silvano, concluiu hoje, com inegável eficácia, o processo político de escolha dos candidatos do PSD às Autárquicas 2021 que lhe competia executar. Cabe aqui uma palavra pública de agradecimento pelo excelente

trabalho desenvolvido”, escreveu Rui Rio.

Com este anúncio, são conhecidos 294 candidatos (ficam a faltar 14). Todos os nomes foram homologados pela Comissão Política Nacional (CPN). Nos Açores e na Madeira, a escolha é “competência dos órgãos regionais”.

José Silvano salientou que começa agora a fase de “elaboração de listas, coligações e orçamentos e campanha”, para “terminar numa terceira fase, com a campanha de dezenas de milhares e candidatos pelo País fora”.

Em conferência de imprensa, e acompanhado por Salvador Malheiro e Isaura Morais, José Silvano traçou o objetivo principal do PSD para estas eleições: “Mais câmaras, mais eleitos e mais percentagem votos do que em 2017”.

CANDIDATOS HOMOLOGADOS E DIVULGADOS ESTA QUARTA-FEIRA

1. Albergaria-a-Velha - Delfina Lisboa Cunha
2. Oliveira de Azeméis - Carla Rodrigues
3. Sever do Vouga - Pedro Lobo
4. Aljustrel - Ana Morais de Almeida
5. Moura - Luís Acabado
6. Barcelos - Mário Constantino
7. Celorico de Basto - José Peixoto Lima
8. Vizela - Jorge Pedrosa
9. Idanha-a-Nova - António Moreira
10. Proença-a-Nova - Carlos Gonçalves
11. Sertã - Paulo Farinha Luís
12. Vila Velha de Ródão - Carlos Faria
13. Pampilhosa da Serra - Jorge Custódio
14. Alandroal - Domingos Matuto
15. Silves - João Garcia
16. Aguiar da Beira - Fernando Andrade
17. Fornos de Algodres - Joaquina Domingues
18. Meda - João Mourato
19. Seia - Luís Caetano
20. Alcobaça - Hermínio Rodrigues
21. Bombarral - Nuno Mota
22. Castanheira de Pera - Alda Correia Carvalho
23. Óbidos - Filipe Daniel
24. Peniche - Filipe Sales
25. Amadora - Suzana Garcia
26. Lourinhã - Orlando Carvalho
27. Sobral de Monte Agraço - Joaquim Biancard Cruz
28. Arronches - João Carlos Crespo
29. Avis - Giselle Lopes
30. Benavente - Sónia Silva Ferreira
31. Cartaxo - João Heitor
32. Constância - Manuel Lapa
33. Entroncamento - Rui Madeira Claudino
34. Tomar - Maria de Lurdes Ferromau
35. Vila Nova da Barquinha - Paula Gomes da Silva
36. Alcácer do Sal - Gonçalo Nunes
37. Grândola - Jacinto Ventura
38. Ponte de Lima - José Nuno Vieira de Araújo
39. Mondim de Basto - Bruno Moura Ferreira
40. Ribeira de Pena - Carlos Alberto Carvalho
41. Lamego - Francisco Lopes
42. Mangualde - Joaquim Patrício
43. Nelas - Joaquim Amaral
44. Penalva do Castelo - Pedro Monteiro
45. Resende - Fernando Silvério
46. Vila Nova de Paiva - José Manuel Rodrigues
47. Viana do Castelo - Eduardo Teixeira
48. Leiria - Álvaro Madureira
49. Castelo Branco - João Belém
50. Torres Vedras - Duarte Pacheco
51. Elvas - Paula Calado
52. Sousel - Armando Varela
53. Portimão - Rui André

ALMEIDA HENRIQUES (1961 - 2021)



Almeida Henriques, presidente da Câmara Municipal de Viseu, faleceu no domingo de Páscoa, pelas 7h35, vítima de complicações respiratórias decorrentes de covid-19. “O Município de Viseu informa, com enorme pesar, que o Presidente da Câmara, António Almeida Henriques, faleceu esta manhã no Hospital de São Teotónio, vítima de complicações respiratórias decorrentes da covid-19”, informou autarquia no dia 4 de abril de 2021.

Almeida Henriques realizou o teste à covid-19 em 4 de março e, apesar do resultado positivo, sentia-se bem e “apenas com sintomas ligeiros”, tendo continuado a trabalhar a partir de casa. No entanto, poucos dias depois, devido à agudização dos sintomas, dirigiu-se às urgências do Hospital de São Teotónio, em Viseu, e acabou por ficar internado “para melhor avaliação da evolução”. Em 10 de março, foi transferido para a Unidade de Cuidados Intensivos, devido “agravamento da insuficiência respiratória”, que “levou à necessidade de entubação e ventilação mecânica”.

Rui Rio, que marcou presença no funeral, manifestou “grande consternação” e “sentido pesar” pelo falecimento do destacado militante, muito acarinhado pelas bases do PSD. “Num ano particularmente difícil para todos os portugueses, é com profundo pesar que os sociais-democratas veem partir Almeida Henriques, um autarca dedicado. A direção do PSD, na figura do seu presidente, expressa a toda a família o seu mais sentido pesar nesta hora”, divulgou a Comissão Política Nacional. Mais tarde, numa mensagem pessoal na sua conta do Twitter, Rui Rio voltou a lamentar a perda, no “domingo de Páscoa”, do “companheiro Almeida Henriques”, um “ilustre deputado, secretário de Estado e, atualmente, presidente da Câmara de Viseu”.

O Presidente da República mostrou igualmente “profundo pesar”, aproveitando para sublinhar ser “importante levar a sério esta pandemia do nosso descontentamen-

to”. “Homem Bom, dedicou a sua vida a Viseu e a Portugal, como autarca, como deputado nacional e europeu, como membro do Governo. Deixa obra e deixa saudades, lembrando-nos de como esta doença, que nos assola, é terrível e nos apanha assim, de surpresa e desprevenidos, deixando a meio tanto que ainda tinha a dar aos seus concidadãos. É uma morte que nos lembra como somos frágeis e como é importante levar a sério esta pandemia do nosso descontentamento”, declarou o Chefe de Estado no “site” da Presidência.

Também o Primeiro-Ministro evocou o autarca viseense como “um defensor do poder local como pilar da democracia”, através de mensagem nas redes sociais. “António Almeida Henriques foi um defensor do poder local como pilar da democracia e sempre um lutador por Viseu e os viseenses. É com pesar que apresento à família e amigos, as minhas sentidas condolências”, escreveu no Twitter.

Diversos autarcas da região de Viseu (Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Resende, Sátão e Vouzela) manifestam “consternação”, “profunda tristeza” e destacam o “homem de causas públicas”.

UMA VOZ LIDERANTE EM VISEU E RESPEITADA NO PAÍS

António Joaquim Almeida Henriques nasceu em 5 de maio de 1961 e era Presidente da Câmara Municipal de Viseu desde 2013. A sua elevada cultura democrática e competência política levaram-no a ocupar diversas funções de grande responsabilidade, tanto ao nível do associativismo como ao nível político. Foi deputado à Assembleia da República, nas IX, X e XI e XII Legislativas

e vice-Presidente do grupo parlamentar do PSD entre 2005 e 2007 e 2010 e 2011. Entre 2011 e 2013, exerceu funções como secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional do XIX Governo Constitucional, liderado por Pedro Passos Coelho. “Foi ao concelho de Viseu, terra onde nasceu e onde sempre viveu, que António Almeida Henriques dedicou os melhores anos da sua vida”, lembrou o município de Viseu.

Se no primeiro mandato de autarca a sua preocupação foi lançar as bases de uma nova estratégia de desenvolvimento, no segundo mandato o também vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) quis executar essa estratégia, com a ajuda dos fundos comunitários. Entre os investimentos considerados estratégicos para o concelho estavam, por exemplo, o projeto Mobilidade Urbana de Viseu, o Viseu Arena (resultante da transformação do pavilhão multiusos) e a cobertura do Mercado 2 de Maio.

Almeida Henriques desempenhou diferentes funções na vida política local e regional, tendo sido Presidente da Assembleia Municipal de Viseu durante oito anos, nos mandatos de 2005/2009 e 2009/2013, “lugar que nunca abandonou, apesar das funções que passou a ocupar no Governo de Portugal”.

Era também presidente da Secção de Smart Cities da ANMP e do Conselho Estratégico do Portugal Smart Cities Summit (no âmbito da Fundação Associação Empresarial de Portugal). Era ainda presidente do conselho geral da Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais. Foi presidente da Associação Industrial da Região de Viseu (AIRV), de 1994 a 2002, presidente da direção do Conselho Empresarial do Centro – Câmara de Comércio e Indústria, de 2002 a 2010, e vice-Presidente da Confederação da Indústria Portuguesa, de 2005 a 2010, entre outros cargos que teve ao nível associativo e empresarial.

Militante social-democrata inscrito desde 9 de janeiro de 1980, dedicou grande parte da sua vida ao serviço público, destacando-se nas suas funções governativas o lançamento de programas de política pública, como o “Revitalizar” ou “Valorizar”, na reprogramação estratégica e no avanço da execução do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e na aprovação e implementação do pacote de medidas de apoio às famílias endividadas e de disciplina de práticas bancárias abusivas.

Advogado e empresário de profissão, era casado e pai de três filhos. Era comendador da Ordem do Mérito Agrícola, Comercial e Industrial, por atribuição do Presidente da República Jorge Sampaio, e presidente honorário da AIRV (Associação Empresarial da Região de Viseu).

“Um homem que dedicou a sua vida à causa pública, destacando-se no associativismo empresarial, enquanto deputado da Assembleia da República, secretário de Estado da Economia e Desenvolvimento Regional e atualmente Presidente do Município de Viseu, onde promoveu ações de enorme valia regional e nacional”, afirmou João Cotta, presidente da direção da AIRV – Associação Empresarial da Região de Viseu. João Cotta destacou que Almeida Henriques ocupou o cargo de presidente da direção e, atualmente, era presidente honorário, considerou “inegável o seu contributo para o desenvolvimento do movimento associativo empresarial regional e nacional” e dedicou uma palavra “especial à sua esposa, colaboradora desta Instituição”, Cristina Almeida Henriques.

Numa nota, o presidente Confederação Empresarial de Portugal (CIP) destacou “um grande Homem, um político essencial” e “um dos mais relevantes governantes que o Portugal conheceu”. “Ao longo dos diferentes cargos que desempenhou, deixou uma profunda marca de respeito pelo espírito empreendedor em Portugal, pela importância económica e social das empresas, pela defesa e vitalidade da livre iniciativa”, defendeu António Saraiva. “O seu legado está hoje presente no associativismo empresarial que tanto acarinhou, na concertação social que sempre apoiou, na libertação do espírito empreendedor que sempre incentivou”, afirmou António Saraiva, acrescentando que “as empresas e a economia nacional muito devem a Almeida Henriques”.



Foram decretados três dias de luto municipal, cumpridos entre domingo e terça-feira. As cerimónias fúnebres foram reservadas à família e amigos mais próximos, com a celebração de uma missa de exéquias fúnebre, que não de corpo presente, às 18h30, na Sé de Viseu. Antes, e perante o carinho demonstrado por todos os viseenses, a urna percorreu a cidade num carro antigo descapotável dos Bombeiros Sapadores, entre o Hospital de São Teotónio e o cemitério, passou pelo centro histórico, fez uma paragem na Praça da República, ou o Rossio, como é conhecido, que se encheu de pessoas, em frente à Câmara Municipal, para um minuto de silêncio e para um último aplauso também dado por autarcas da região, governantes, deputados e responsáveis civis e militares. Foi a sepultar na segunda-feira, dia 5 de abril, no Cemitério de Abraveses em Viseu.

CARLOS MOEDAS LANÇA PRIMEIRO CARTAZ

“LISBOA PODE SER MUITO MAIS DO QUE IMAGINAS”



Carlos Moedas, candidato à Câmara Municipal de Lisboa, presidiu, dia 31 de março, ao momento simbólico de lançamento do primeiro cartaz de pré-campanha às eleições autárquicas, junto à Praça do Marquês de Pombal. “Lisboa pode ser muito mais do que imaginas” é o “slogan” do “outdoor”. Carlos Moedas revelou ainda que Ricardo Mexia, médico e presidente da Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública, é o diretor de campanha.

Carlos Moedas agradeceu a disponibilidade de Ricardo Mexia para “coordenar a campanha” em Lisboa, uma figura convidada “fora das máquinas partidárias”. “Tenho muito gosto em apresentar-vos, como meu diretor de campanha, um homem com uma credibilidade extraordinária, o dr. Ricardo Mexia. Tenho uma enorme honra que tenha decidido dar uma parte da sua vida para mudar as coisas por Lisboa”, afirmou.

Carlos Moedas garante que fará uma campanha “diferente” e que irá juntar todos aqueles que pretendam envolver-se num projeto “de futuro” e de modernização da cidade. “Lisboa pode ser uma cidade mais perto das pessoas, uma cidade que tenha mais ciência, mais cultura, educação”, sublinhou.

O antigo Comissário europeu aspira por uma capital de realizações concretas e não de promessas de propaganda. “Foram prometidos 14 centros de saúde e não foram feitos, uma Lisboa com a habitação a renda acessível, e onde temos as torres do Restelo, no fundo, temos um espetáculo da não-participação das pessoas no urbanismo”, criticou.

Numa breve declaração, Ricardo Mexia assegurou que o primeiro passo é ouvir e falar com as pessoas. “Vamos tentar chegar às pessoas e apresentar uma verdadeira alternativa. Queremos mudar esta liderança socialista que está em franco declínio”, especificou o epidemiologista.

Além de Ricardo Mexia, a estrutura de campanha de Carlos Moedas integra o virologista Pedro Simas, que é o responsável pela elaboração do plano de preparação de Lisboa para futuras pandemias.

SOCIALISTAS JÁ VEEM CARLOS MOEDAS COMO PRESIDENTE DA CÂMARA DE LISBOA

O PSD acusou o PS de instrumentalizar de forma “desprezível” o Parlamento e a Comissão de Inquérito ao Novo Banco, no dia em que Carlos Moedas foi ouvido naquela comissão por requerimento dos socialistas.

“Claro que percebemos o que já está no subconsciente do PS. É que o PS já está a ver o eng. Carlos Moedas como o presidente da Câmara de Lisboa e está disposto a utilizar tudo – e isto é só o início – sem qualquer princípio, sem qualquer lealdade, sem qualquer apelo à verdade, para tentar que isso não se concretize”, apontou Duarte Pacheco, dia 6, no Parlamento.

O coordenador social-democrata lembrou que não existe qualquer facto novo ou relevante que justificasse a audição ao ex-secretário de Estado Adjunto, sublinhando que o PS só chamou Carlos Moedas à comissão de inquérito depois de este ter anunciado a sua candidatura à Câmara Municipal de Lisboa. “Em dezembro [quando apresentou a lista dos nomes para as audições] não era necessária a sua presença, é anunciada a sua candidatura e o PS pede a sua presença no Parlamento”, sintetizou Duarte Pacheco, para quem “esta instrumentalização da Comissão de Inquérito é uma vergonha para o PS e para o Parlamento”.

“É claro que há sempre a estranheza do PS pelo facto de um governo que o Eng. Carlos Moedas integrou não tivesse o relacionamento tão promíscuo com o sistema financeiro como os governos do PS”, afirmou o social-democrata.

O deputado social-democrata acusa ainda o PS de “inventar tudo e mais alguma coisa para evitar que se fale naquilo que é o objeto principal desta Comissão de Inquérito: a alienação do Novo Banco, se foi bem ou mal feita, e o modo como foi acompanhada a sua gestão pelo Governo, pelo banco central e pelo Fundo de Resolução. E pelos mais de 4 mil milhões que nós, portugueses, já lá tivemos de injetar”.

“Não pactuamos com a instrumentalização e com a campanha eleitoral que o PS quer fazer dentro desta Casa”, concluiu Duarte Pacheco, justificando assim o facto de não colocar qualquer questão a Carlos Moedas, posição que outros partidos genericamente também assumiram.



GOVERNO CONSIDERA “PERVERSOS E INJUSTOS” APOIOS SOCIAIS

Clara Marques Mendes contestou de forma veemente as declarações da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que considerou que os apoios sociais aprovados pelo Parlamento são “perversos e injustos”. Com o Governo a recorrer ao Tribunal Constitucional, a vice-Presidente da bancada do PSD afirmou que perverso e injusto foi o comportamento do Governo ao longo de todo este processo dos apoios sociais. “Estes são apoios urgentes, apoios essenciais e apoios excecionais. Mereciam, da parte do Governo, um outro comportamento para ajudar as famílias, trabalhadores e empresas.” Contudo, adianta a deputada, ao invés, “o Governo decidiu autoisolar-se quando devia ter sido solidário com os milhares de portugueses que atravessam graves dificuldades.”

Na audição do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital e da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, no seguimento de requerimento do PSD sobre a resposta económica e social à pandemia da doença covid-19, a deputada acusou ainda o Governo de “misturar política com justiça”.

Para a deputada, em vez de adotar uma postura responsável e de procurar ajudar os portugueses, o Governo insistiu em “fugir ao diálogo e aos consensos.”

Já Ofélia Ramos considerou “perverso e injusto” que o Governo seja contra uma alteração que garante uma maior proteção social aos trabalhadores individuais, gerentes e empresários em nome individual com atividades encerradas por força da pandemia. Para a deputada, esta postura do Governo socialista demonstra um total “alheamento da realidade”.

De acordo com a parlamentar, ao recorrer ao Tribunal Constitucional o Governo deu aos portugueses o sinal político de que não está interessado em ajudar as empresas, as famílias e os trabalhadores.



GOVERNO FALHOU “ESCANDALOSAMENTE NO APOIO À ECONOMIA”

Afonso Oliveira centrou a sua intervenção na inação do ministério da economia, que acusou de ter revelado uma “incapacidade nas respostas públicas” e de ter falhado “escandalosamente no apoio à economia”.

O vice-Presidente da bancada do PSD reconheceu que a pandemia não é responsabilidade do Governo, mas adiantou que o Executivo é responsável pela insuficiência de medidas para minimizarem os impactos na economia.

Segundo o deputado, “a distância entre a realidade que as pessoas sentem no terreno e aquilo que o Governo anuncia é enorme, é brutal. E quando se exigia ação, a escolha do Governo foi não agir.”

Para comprovar essa inação, Afonso Oliveira recordou que o Governo não utilizou a autorização no Orçamento que tinha para executar verbas e que a execução orçamental de 2020 revela que o Governo “poderia ter feito muitíssimo mais pelas famílias e pelas empresas”. A consequência, refere, são os processos de falência que estão a surgir.

A terminar, o deputado social-democrata acusou o Governo de dar mais “prioridade à propaganda” do que ao apoio real às empresas.

GOVERNO CONTINUA POR NOMEAR COMISSÃO NACIONAL DOS CUIDADOS PALIATIVOS

O grupo parlamentar do PSD critica o Governo pelo desinteresse “em relação aos cuidados paliativos no conjunto das políticas de saúde”, quando se sabe que a ministra da Saúde continua por nomear a nova Comissão Nacional dos Cuidados Paliativos (CNCP).

Numa pergunta a Marta Temido, o PSD relembra que a atual Comissão Nacional de Cuidados Paliativos cessou funções em dezembro do ano passado, não tendo o Governo nomeado uma nova estrutura de coordenação dos cuidados paliativos. “E a verdade é que este atraso na nomeação da nova CNCP revela, além de um claro desinteresse do Governo em relação aos cuidados paliativos no conjunto das políticas de saúde, também um grave vazio de coordenação e uma preocupante ausência de estratégia numa área que o envelhecimento demográfico torna cada vez mais relevante”, refere o PSD.

Estima-se que entre 80 mil e 100 mil portugueses careçam de cuidados paliativos – sendo oito mil dos quais crianças e jovens menores de idade – calculando-se ainda que 70% a 80% dos doentes necessitados desses cuidados não tenham acesso aos mesmos.

A Rede Nacional de Cuidados Paliativos (RNCP) foi criada há quase uma década, pela Lei n.º 52/2012, de 5 de setembro – a Lei de Bases dos Cuidados Paliativos – na qual se prevê que a coordenação da referida rede se efetue, a nível nacional, por uma Comissão Nacional de Cuidados Paliativos, a qual é de nomea-

ção governamental. Além da “consabida falta de camas de cuidados paliativos existente no nosso País, das 65 a 100 equipas comunitárias que deveriam existir na RNCP, até ao momento apenas foram criadas 26”, alertam os deputados social-democratas.

O PSD pergunta:

1. *Como justifica a senhora ministra da Saúde a não nomeação, pelo Governo, da nova Comissão Nacional dos Cuidados Paliativos?*

2. *Quando será aprovado o Plano Estratégico dos Cuidados Paliativos para o período de 2021-2022?*

3. *Quantas camas de cuidados paliativos integram a Rede Nacional de Cuidados Paliativos até ao final de 2021?*

4. *Quantas Equipas Comunitárias de Cuidados Paliativos existirão, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, até ao final de 2021?*



PSD DEFENDE A IMPLEMENTAÇÃO URGENTE DO PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DE TELESÁUDE

O PSD defende a implementação urgente do Plano Estratégico Nacional de Telesaúde (PENTS) para o período de 2019-2022, plano aprovado pelo Governo, em novembro de 2019, mas cuja concretização se revela “muito negativa”.

Num projeto de resolução que deu entrada na Assembleia da República, o grupo parlamentar do PSD fundamenta que “o recurso à Telesaúde aumentou exponencialmente, não apenas com o seguimento de doentes com covid-19, mas também em relação a doentes com outras patologias, o que não deixou de contribuir para evitar o colapso do Sistema de Saúde e permitir o mínimo de controlo e apoio à população em geral”.

Neste sentido, o PSD considera que a “telemedicina e a telesaúde, nas suas diversas vertentes de teleconsultas, telemonitorização, teleconsultadoria (entre profissionais de saúde) e teleassistência, podem revestir um papel cada vez mais relevante e constituir mesmo mais um novo paradigma da evolução do modo de prestação de cuidados de saúde”.

“Para assegurar o continuum de cuidados, é necessário encontrar soluções custo-efetivas que visem integrar os vários níveis de cuidados de saúde de forma a responder às necessidades dos cidadãos, assegurar as boas práticas clínicas e adequado acompanhamento ao longo do percurso clínico de cada cidadão, numa estratégia complementar com os cuidados já existentes. Essa é uma tarefa necessária, consensual, mas complexa, podendo envolver vários parceiros da rede social e da saúde, finanças, entidades regulamentares, ordens profissionais, educação, indústria e sociedade civil (incluindo associações de doentes e cuidadores), com recurso a soluções tecnológicas fiáveis, custo-efetivas e fáceis de utilizar”, refere o PSD na exposição de motivos.

Os deputados social-democratas salientam ainda que há “muito que os Cuidados de Saúde Primários são considerados como a porta de entrada do Serviço Nacional de Saúde (SNS), muito embora essa porta se encontre atualmente menos acessível, em parte devido à pandemia que atravessamos, a qual também veio evidenciar a necessidade de serem facultadas aos utentes novas formas de cuidados de saúde e novos serviços e meios de acesso, bem como de vigilância e prevenção” e é aqui que “a telemedicina e a telesaúde, nas suas diversas vertentes de teleconsultas, telemonitorização, teleconsultadoria (entre profissionais de saúde) e teleassistência, pode revestir um papel cada vez mais relevante e constituir mesmo mais um novo paradigma da evolução do modo de prestação de cuidados de saúde”.

“A simples existência de tecnologias que, com a devida segurança e fiabilidade, permitem melhorar em muito a acessibilidade, rentabilidade, rapidez e comodidade do diagnóstico, bem como do tratamento e acompanhamento, tornam, nos dias de hoje, um verdadeiro dever deontológico facultar aos utentes a sua utilização, até porque, mediante algumas tecnologias, como a telemonitorização, se torna possível a obtenção de dados até agora impossíveis de obter. Isto será válido tanto para utentes como para instituições, especialmente nos casos de lares e unidades de cuidados continuados, podendo estas constituir um modo rápido e simples por onde se iniciarem serviços de Telesaúde, uma vez que o investimento em material servirá múltiplos utentes, e haverá uma facilidade acrescida de formar interlocutores locais treinados para o efeito, de modo que possam acompanhar a apoiar os seus internados”, destaca a iniciativa do PSD.



O PSD recomenda ao Governo que:

1. a) *Promova, nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS) que disponham de programas de hospitalização domiciliária, a complementaridade com os programas de teleassistência, com recurso a telemonitorização;*

b) *Crie condições que garantam o acesso universal dos utentes do SNS aos respetivos médicos de família ou outro médico assistente, através de teleconsulta com recurso a imagem;*

c) *Crie uma Equipa de Missão com função técnica de Implementação do Plano Estratégico Nacional de Telesaúde (PENTS), em articulação com as ordens profissionais na área da saúde, associações de doentes e sociedades científicas;*

d) *Assegure o apoio aos utentes dos grupos de maior risco e doentes crónicos por meio da implementação de uma Rede de Apoio Domiciliário que integre a Telesaúde (Rede de Teleassistência Domiciliária);*

e) *Crie mecanismos que permitam a reformulação por parte dos vários colégios de especialidade da forma de prestação de cuidados de qualidade e em segurança aos doentes, integrando a Telesaúde nos fluxogramas de atuação das Normas de Orientação Clínica e Processos Assistenciais Integrados das diversas patologias e contextos clínicos, visando as boas práticas clínicas;*

f) *Promova a regulamentação, a divulgação, a elaboração e a atualização de Normas de Orientação Clínica na área da Telesaúde;*

g) *Assegure, em articulação com a Entidade Reguladora da Saúde (ERS), mecanismos de auditoria, com vista à regulação das atividades relacionadas com Telesaúde no setor público e privado, de forma a serem garantidas as boas práticas clínicas e de cibersegurança, bem como da demais regulamentação existente;*

h) *Assegure a criação de Redes Nacionais de Telesaúde ao nível das diversas especialidades médicas, reforçando a articulação entre cuidados primários e hospitalares, bem como entre as unidades de saúde dos setores público, privado e social, no sentido de promover a comunicação, referência e fluxo de informação, com recurso à partilha de informação em condições de cibersegurança;*

i) *Determine como obrigatória a integração dos conhecimentos de Telesaúde nos cursos de formação dos vários grupos profissionais ligados à Saúde;*

j) *Valorize a investigação a nível das tecnologias de suporte à Telesaúde, concebendo e aprovando de forma participada uma agenda de investigação, desenvolvimento e inovação (ID&I) para financiamento de soluções custo-efetivas e promovendo a colaboração entre instituições de saúde, instituições académicas e indústria;*

k) *Apoie as associações e federações de doentes, incentivando a sua participação na elaboração de políticas de saúde que integrem a Telesaúde e, em especial, na implementação do PENTS;*

l) *Aprove legislação sobre o direito à Telesaúde, como parte do conjunto de direitos dos cidadãos.*

2. *E que dê cumprimento às recomendações constantes da presente Resolução nos prazos seguintes:*

a) *Até ao final do primeiro semestre de 2021, as previstas nas alíneas a) e b) do ponto anterior;*

b) *Até ao final do segundo semestre de 2021, as previstas nas alíneas c) a k) do ponto anterior;*

c) *Até ao final do primeiro semestre de 2022, a prevista na alínea l) do ponto anterior.*

REGIME JURÍDICO DE PREVENÇÃO DA CONTAMINAÇÃO E REMEDIAÇÃO DOS SOLOS ESTÁ POR CONCLUIR HÁ SEIS ANOS

O grupo parlamentar do PSD entregou um projeto de resolução em que recomenda ao Governo que publique a legislação referente à prevenção da contaminação e remediação de solos (o PProSolos). Através de um projeto e resolução, que deu entrada no Parlamento, os deputados social-democratas alertam que, por causa deste atraso e omissão legislativa, “Portugal continua a ser dos países mais desprotegidos da União Europeia”.

Recorde-se que o PProSolos foi apresentado publicamente em 3 de setembro de 2015 e a consulta pública encerrou a 4 de novembro de 2015. “Entretanto passaram seis anos sem que o processo legislativo tenha sido concluído, ficando os diplomas pendentes no Ministério do Ambiente e Ação Climática, com prejuízo para as populações e com descrédito para as instituições”, apontam.

Para os deputados social-democratas, “ter um quadro legal atualizado e robusto, atualizado à luz dos conhecimentos técnicos e científicos, é fundamental para antecipar problemas e garantir a proteção destas populações” e é “por demais óbvio que o quadro legal existente é ineficaz, confuso e limitativo face à dimensão dos problemas. Permite apenas reagir quando precisamos de antecipar e prevenir novos problemas, clarificando critérios técnicos e responsabilidades institucionais. A contaminação dos solos é um problema grave em Portugal e, portanto, tem sido incompreensível a inação governativa em relação ao PProSolos”.

O PSD destaca que são públicos vários casos graves que envolvem solos contaminados e riscos para as populações locais. Em Lisboa, no Parque das Nações, são recorrentes os problemas que surgem com a construção de novos projetos imobiliários, face ao passivo ambiental pré-existente no subsolo. Em Setúbal, nos terrenos do Vale da Rosa, foram quantificadas 80 mil toneladas de resíduos, implicando riscos múltiplos e custos elevados de remoção. Noutros pontos do país também se registam episódios semelhantes obrigando várias instituições a reagir face às respetivas competências (APA, CCDR, autarquias e autoridades policiais).

O PProSolos visa estabelecer o regime jurídico da prevenção da contaminação e remediação dos solos, com vista à salvaguarda do ambiente e da saúde humana, fixando o processo de avaliação da qualidade e de remediação do solo, bem como a responsabilização pela sua contaminação, assente nos princípios do poluidor-pagador e da responsabilidade.



O PSD recomenda ao Governo que:

1. *Publique a legislação PProSolos que visa estabelecer o regime jurídico da prevenção da contaminação e remediação de solos, com vista à salvaguarda do ambiente e da saúde humana.*
2. *Reforce as ações de fiscalização e inspeção em matéria de prevenção da contaminação e remediação de solos.*
3. *Implemente um plano nacional de monitorização da qualidade dos recursos hídricos localizados nas zonas adjacentes aos locais de extração de inertes (pedreiras e areeiros) que ao longo do tempo têm vindo a ser utilizados para depositar solos, terras e resíduos de construção e demolição com suspeitas de contaminação.*

DESCONFINAMENTO

EMPRESAS DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA VOLTAM A SER DISCRIMINADAS



O PSD acaba de questionar o Governo sobre a “discriminação” que as empresas de animação turística estão a ser alvo no plano de desconfinamento em relação a atividades semelhantes da cultura, desporto ou lazer, que reabriram dia 5 de abril, enquanto as primeiras continuam encerradas.

Numa pergunta entregue no Parlamento e dirigida à ministra da Saúde, os deputados sociais-democratas citam queixas da Associação Portuguesa de Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos (APECATE) que acusam estar a ser discriminadas, tal como aconteceu no primeiro confinamento de 2020, em relação às demais atividades de lazer, cultura, desporto e atividades comerciais que puderam reabrir hoje. “Segundo a associação, esta discriminação entre empresas não tem fundamento, uma vez que há muitas semelhanças na atividade e no perfil de consumidores, sendo a grande distinção o facto de a animação turística estar associada ao setor do turismo e não ao da cultura”, refere o requerimento do PSD.

Como exemplos, os parlamentares sociais-democratas apontam que um grupo que pretenda visitar um monumento poderá fazê-lo com visita guiada organizada pelo monumento, “mas não poderá realizar a mesma visita através de uma empresa de animação turística que organiza e vende produtos de turismo cultural, que estaria obrigada a garantir as mesmas normas de segurança”.

“O mesmo acontece, por exemplo, numa caminhada organizada por um clube desportivo ou ginásio, que está autorizada, ou da mesma caminhada organizada por uma empresa cujo CAE (Código de Atividade Económica) seja de animação turística, que está impedida de retomar a atividade”, acrescentam.

O PSD pergunta à ministra da Saúde “qual o fundamento para que as empresas de animação turística não possam reabrir atividade na mesma fase das empresas que realizam eventos e atividades semelhantes”.

“Não considera o Governo que esta desigualdade de critérios fere a justa concorrência do setor de atividade destas empresas?”, interrogam ainda.

O PSD pergunta:

1. *Qual é o fundamento para que as empresas de animação turística não possam reabrir atividade na mesma fase das empresas que realizam eventos e atividades semelhantes, ou seja, a partir de 5 de abril?*
2. *Não considera o Governo que esta desigualdade de critérios fere a justa concorrência do setor de atividade destas empresas?*
3. *Caso as empresas de animação turística garantam a capacidade de cumprimento das normas de segurança impostas pela Direção Geral de Saúde, não poderão elas reabrir a atividade, para realizar eventos semelhantes àqueles que já podem ser realizados por empresas do setor da cultura, desporto e lazer?*

PSD CONTESTA LICENCIAMENTO DE UM HOTEL EM GONDOMAR

O PSD critica o licenciamento de uma unidade hoteleira em Ribeira do Abade, na freguesia de Valbom, no concelho de Gondomar, num terreno junto ao rio Douro, facto que levou a Inspeção-geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), em fevereiro de 2020, a desenterrar um inquérito face a denúncias de desconformidades.

Numa pergunta ao ministro do Ambiente e da Ação Climática, dia 1 de abril, os deputados do PSD dão voz ao sentimento geral da população, que contesta o projeto. “A construção terá sido aprovada pela Câmara Municipal de Gondomar em 2016, com o respetivo alvará de construção emitido em 2019, seguindo-se o início das obras no terreno. Contudo, este projeto tem tido forte oposição da população local que contesta a forma pouco transparente como o processo de licenciamento foi conduzido. A dimensão do projeto e a sua localização merecem uma análise aprofundada sobre a forma como foi aprovado e licenciado face ao disposto nos Instrumentos de Gestão Territorial”, refere o grupo parlamentar do PSD

Os deputados salientam que, durante a fase de inquérito, terão sido consultadas várias entidades, designadamente a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a Capitania do Porto do Douro, “dado que o projeto se desenvolve, alegadamente, em terrenos classificados de Reserva Ecológica Nacional e de Domínio Público Hídrico”.

“Caso se dê como provado que o licenciamento ocorreu de forma irregular, quais as diligências a tomar por parte do Ministério do Ambiente e Ação Climática? Irão suspender as obras e punir as infrações?”, perguntam os deputados.

O PSD pergunta:

1. Qual o resultado do inquérito conduzido pela IGAMAOT?
2. Qual a pronúncia da APA e da CCDR-N no âmbito do processo de licenciamento, considerando que poderá estar em causa a ocupação de DPH e de REN?
3. Caso se dê como provado que o licenciamento ocorreu de forma irregular, quais as diligências a tomar por parte do Ministério do Ambiente e Ação Climática? Irão suspender as obras e punir as infrações?



VILA NOVA DE FOZ CÔA

POPULAÇÃO DA FREGUESIA DA HORTA ESTÁ SEM MÉDICO DE FAMÍLIA HÁ ANO E MEIO



Carlos Peixoto, deputado do PSD eleito pela Guarda, acaba de questionar o Governo sobre a falta de médico de família nas extensões de Saúde de Freixo de Numão e da Sequeira (freguesia da Horta), no concelho de Vila Nova de Foz Côa. Esta situação arrasta-se desde outubro de 2019.

Numa pergunta à ministra da Saúde, dia 1 de abril, o deputado assinala que “estas freguesias e as limítrofes, que correspondem a cerca de metade da população do concelho de Vila Nova de Foz Côa, estão, pois, com serviços de saúde condicionados, para não dizer inexistentes, o que é inaceitável e representa uma discriminação de portugueses que merecem os mesmos cuidados dos seus concidadãos”.

Para o deputado do PSD, “a pandemia veio ainda agravar mais a situação destas populações, que ficaram privadas e limitadas nos horários de transportes públicos, afastando-as irremediavelmente de cuidados de saúde de proximidade”.

“O recurso ao centro de saúde de Vila Nova de Foz Côa, que dista largos quilómetros das freguesias em questão, não se revela uma solução justa nem exequível para uma população maioritariamente envelhecida, com dificuldades de locomoção, com recursos económicos deficitários e com condições muito débeis de saúde”, observa o deputado.

O parlamentar lembra que a esta carência já foi comunicada às entidades locais de saúde, mas a resposta que foi dada constitui de “uma leviandade e de um baixar de braços que não se pode levar a bem”. Além disso, a informação recebida quer pelo Município quer pela Junta de freguesia respetiva é de que já estaria destacado um médico de família para estas extensões de saúde, mas que o mesmo se encontrava em baixa médica (como ainda se encontra) e não podia ser substituído.

“Essa justificação não é razoável nem se apoia em nenhuma regra vigente, e torna-se até provocatória quando se trata de assuntos muito sérios que jogam com a integridade física e com a vida de pessoas. As extensões de saúde de Freixo de Numão e da Sequeira necessitam com urgência de um médico de família presente, e não ausente”, conclui.

O PSD pergunta:

1. Tem o Ministério da Saúde conhecimento da situação acima relatada?
2. Está ou não destacado um médico de família para as extensões de saúde em causa?
3. Enquanto esse médico estiver impossibilitado de exercer com efetividade as suas funções, que soluções concretas equaciona a senhor ministra para assegurar a prestação de cuidados de saúde nestas extensões do concelho de Vila Nova de Foz Coa?
4. Concorde, resigna-se e, conforma-se perante a informação de que o médico destacado não pode ser substituído, ou fará tudo para encontrar um outro que passe a prestar de imediato esses cuidados?

TARIFA AÇORES ENTRA EM VIGOR NO DIA 1 DE JUNHO DE 2021



José Manuel Bolieiro, Presidente do Governo Regional, anunciou que a Tarifa Açores vai entrar em vigor a partir de 1 de junho nas ligações aéreas inter-ilhas, constituindo um elemento potenciador do “mercado interno”.

“A partir de 1 de junho o preço máximo que os passageiros residentes pagarão para irem e voltarem a qualquer uma das ilhas, independente da ilha de partida e chegada, é no máximo de 60 euros”, afirmou, no final do primeiro Conselho de Governo presencial, que decorreu no Palácio da Conceição, em Ponta Delgada.

José Manuel Bolieiro salientou que a Tarifa Açores representa um “projeto estratégico” da sua governação, que é o “criar um verdadeiro mercado interno regional” de pessoas e mercadorias, garantindo que, com maior facilidade, os açorianos possam conhecer as várias ilhas do arquipélago “pagando menos do que se pagaria” em viagens para o continente.

“Não é preciso ir à ilha mais próxima porque é mais barato. É possível ir à ilha mais distante pelo mesmo preço que a ida à ilha mais próxima”, sublinhou o governante.

O Presidente do Governo Regional acrescentou que o impacto financeiro da criação da Tarifa Açores “já está assumido e acomodado na proposta de Orçamento” para 2021.

A Tarifa Açores destina-se a residentes e nas ligações aéreas inter-ilhas, sendo o preço máximo de 60 euros pago pelos passageiros à partida, evitando quaisquer burocracias.

A proposta de criação da Tarifa Açores foi apresentada por José Manuel Bolieiro em 2020, enquanto líder do PSD/Açores e candidato a Presidente do Governo Regional.

PSD/AÇORES DESTACA “ESPÍRITO DE DIÁLOGO E CONCERTAÇÃO” DO GOVERNO REGIONAL

João Bruto da Costa, deputado do PSD/Açores, destaca o “espírito de diálogo e concertação” do Governo Regional nas audições parlamentares sobre as propostas de Plano e Orçamento para 2021, o que “marca uma diferença para o passado”.

“Estamos satisfeitos com a abertura, a disponibilidade e o espírito de diálogo e concertação demonstrados pelo Governo Regional na apresentação dos documentos orçamentais e com a apresentação de cada uma das áreas por parte dos secretários regionais. Trata-se de uma nova forma de estar na governação e de encarar a relação com o Parlamento”, afirmou.

Para o deputado social-democrata, que falava no final dos três dias de audições aos membros do Executivo sobre o Plano e Orçamento para 2021, “o Governo Regional demonstrou que quer, através do diálogo e da concertação com todos os grupos e representações parlamentares, trazer melhores soluções para os açorianos”.

João Bruto da Costa sublinhou, igualmente, que as audições aos membros do Governo comprovaram que o Executivo de José Manuel Bolieiro apresenta à Assembleia Legislativa dos Açores um Plano e Orçamento que “deem garantias de execução”.

“Estes documentos pretendem marcar uma diferença para o passado: não simplesmente inscrever verbas, mas sim inscrever verbas que se pretende executar e que não fiquem por executar”, frisou.

O deputado destacou ainda a “inovação” das audições parlamentares sobre as propostas de Plano e Orçamento para 2021 terem sido integralmente transmitidas online e decorrido de “porta aberta” a qualquer cidadão.

“A forma como as audições em comissão decorreram este ano revela uma maior transparência do Parlamento para com a sociedade, respeitando o direito de os açorianos saber tudo o que se passa na casa da Democracia”, considerou.



CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



SECÇÕES

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção do PSD do Cartaxo para reunir no próximo dia 18 de abril de 2021 (domingo), pelas 18H00, a qual excepcionalmente, por força do estado de emergência e do confinamento decretado pelo Governo em conjunto com as medidas emanadas pela DGS, para o combate à pandemia Covid-19, irá decorrer em plataforma de videoconferência eletrónica, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Análise da Situação Política;
3. Parecer sobre processo autárquico, nos termos da alínea f), do nº 2 do artº 53 dos Estatutos do PSD;
4. Outros Assuntos.

Nota: O PSD Cartaxo irá providenciar um link de acesso à reunião a todos militantes, que o solicitem. O link de acesso ao Plenário será enviado por email aos militantes que assim o requeiram.

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo do disposto nos artigos 53º e 54º dos Partido Social Democrata PPD/PSD, convoca-se os militantes da Secção de Macedo de Cavaleiros para reunir em Assembleia de Secção, no Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros, no próximo dia 26 de abril de 2021 (segunda-feira), pelas 21H00, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação das listas de Candidatura às Eleições Autárquicas;
2. Outros assuntos.

Nota: De acordo com o disposto no artigo 69º dos Estatutos, se na reunião acima convocada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, fica desde já convocada uma nova reunião da Assembleia de Secção, no mesmo local e dia, decorridos que sejam trinta minutos, a qual funcionará com qualquer número de presenças.

MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convocam-se os militantes para participar na Assembleia de Secção do Marco de Canaveses, a reunir no dia 17 de abril (sábado) de 2021, pelas 17H30, na Sede da Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão sita na Av. De São João, 892, na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão no Concelho de Marco de Canaveses, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Análise da situação política
3. Outros Assuntos

Nota: A reunião será realizada de acordo com as normas sanitárias emitidas pela DGS, sendo obrigatório o uso de máscara e respeitado o distanciamento social.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



BOTICAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário da Concelhia de Boticas, para reunir no próximo dia 8 de Maio, Sábado, pelas 18h00, na sede do PSD Boticas sita na Av. de Sangunhedo, 33, na vila de Boticas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Comissão Política Concelhia e Mesa do Plenário Concelhio.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem a substitua até as 24h do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede do PSD Boticas sita na Av. de Sangunhedo, 33, na vila de Boticas.

O ato eleitoral decorrerá entre as 18h00 e as 20h00.

RIBEIRA DE PENNA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se todos os militantes da Concelhia de Ribeira de Pena para Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 15 de maio de 2021, na sede concelhia de Ribeira de Pena, sita na Rua da Eira, nº6 - Fonte do Mouro 4870-208 Santa Marinha Ribeira de Pena, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD de Ribeira de Pena.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente de Mesa Distrital, ou a quem o substitua, até às 23:59 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas, no dia 15 de maio 2021, estarão abertas entre 11H00m e as 13H00m.

SÃO PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de S. Pedro do Sul para o Plenário a realizar no próximo dia 8 de Maio de 2021 (sábado), pelas 16:00 horas, na sede do PSD de S. Pedro do Sul, sita na Cave do Edifício Avenida, Avenida Sá Carneiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleições da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD de S. Pedro do Sul.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD ou a quem legalmente o substitua, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre na sede distrital da JSD, sita na Rua Eng. Lino Moreira Rodrigues, Loja nº 9, Edif. Vasco da Gama, 3510-084 Viseu. Quaisquer dúvidas, contactem o Presidente da Mesa: 962734142.

As urnas estarão abertas das 16h00m às 18h00m.

VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os Militantes da JSD Concelhia de Vila do Conde para reunir no próximo dia 17 de Abril de 2021 (Sábado), às 21h00m, através da plataforma zoom (os dados de acesso serão remetidos por email), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação e discussão do programa autárquico da JSD Vila do Conde;
- 2 – Apresentação e discussão da lista de candidatos da JSD à Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia;
- 3 – Análise da situação política actual;
- 4 – Outros assuntos.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO PL ANTERIOR 31-03-2021

NESD DA FACULDADE DE DIREITO DA UCP

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social-Democrata e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD inscritos na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa para o Plenário do Núcleo de Estudantes Social Democratas da mesma instituição para reunir dia 6 de maio, das 14 às 16 horas, no bar do edifício da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, na Rua Palma de Cima, 1649-023 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Direcção e da Mesa do Plenário do NESD do Instituto de Estudos Políticos.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorrerá no local supracitado.

